



| | | | |
|----|--|-----------|---|
| 75 | TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS | 74-429020 | FNC-REC.MULTA PREV.LEI GERAL DAS TELECOM. |
| | | 74-449010 | MULTAS PREVISTAS NA LEI NR 9.605/98-FNMA |
| | | 74-702307 | MJ INFRACOES TRAFEGO MARITIMO-FUNDO NAVAL |
| | | 75-039000 | TX.UTIL.SIST.ELETR.CONTR.ARREC.FRETE MAR.MERC |
| | | 75-110071 | FUNDO DO SERVICO MILITAR |
| | | 75-017294 | TAXA SISCOMEX-FUNDAF-SRFB |
| | | 76-012069 | RENDAS FUNDO AEROVIARIO |
| | | 76-038204 | COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO SINDICAL-FAT |
| | | 76-121031 | CONTRIB.AO PROGR.DE ENSINO FUNDAMENTAL-FNDE |
| | | 76-700113 | FUNDO DE DESENV.ENSINO PROFISSIONAL MARITIMO |
| | | 78 (13) | FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES |
| | | 79 | FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA |
| 78 | FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES | 86-249010 | MULTA POR COND.LESIVA PATRIM.GENETICO-FNDCT |
| 79 | FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA | 86-449011 | MULTA POR COND.LESIVA PATRIM.GENETICO-FNMA |
| 86 | OUTRAS RECEITAS VINCULADAS | 86-529310 | MULTA POR COND.LESIVA PATRIM.GENETICO-FNAVAL |
| | | 86-249011 | REC.PROGR.INCENT.INOV.TECN.CADEIA AUTOM/FNDCT |

| | | | |
|----------------------------------|--|-----------|---|
| 10. Recursos do Tesouro Nacional | | | |
| 00 | RECURSOS ORDINARIOS | 00 | RECURSOS ORDINARIOS |
| 29 | RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES | 29-017000 | RECEITA DE OUTORGA (ANATEL) DEMAIS RECEITAS |
| | | 29-032281 | BONUS DE ASSIN.CONTRAT.DE CONCESSAO-ANP/STN |
| | | 29-392070 | RECEITA CONC.MALHA FERROV-PARC.UNIAO(5%) |
| | | 29-980000 | PARCELA BÔNUS ASSIN.CONTR.PARTILHA DEST.PPSA |
| 42 | COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL | 42-980000 | FUNDO SOCIAL(EDUCAÇÃO/SAÚDE)L.12858/13 |
| 78 | FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES | 78-980000 | TES.NACIONAL-FUNDO FISCALIZ.DAS TELECOMUNIC. |
| 86 | OUTRAS RECEITAS VINCULADAS | 86-711010 | OUT.REC.ORIGINARIAS-TARIFA EMB.INTERNACIONAL |
| | | 86-980000 | CESSAO A TIT.ONEROSO ATIV.PESQ/LAVRA PETROLEO |
| 97 | DIVIDENDOS UNIAO | 97 | DIVIDENDOS UNIAO |
| 98 | DESVINCULACAO DE RECURSOS | 98 | DESVINCULACAO DE RECURSOS |

(1)fonte 13, exceto o detalhamento 150071.
(2)fonte 11, exceto o detalhamento 017337.
(3)fonte 18, exceto os detalhamentos 033901, 033902, 033903, 033905,033907,033908,033909, 033910,110244,200333,200401 e 340001.
(4)fonte 29, exceto os detalhamentos 017000,032281,392070,442081, 442082, 011000, 024000, 041000, 203003, 249013, 442080 e 980000.
(5)fonte 34, exceto os detalhamentos 001198,032000, 032001, 024183, 024198 e 249013.
(6)fonte 39, exceto os detalhamentos 209262 e 191372.
(7)fonte 41, exceto os detalhamentos 032000, 024184, 249013, 024287 e 024289.
(8)fonte 42, exceto os detalhamentos 032284, 032290, 249013, 719030 e 980000.
(9)fonte 72, exceto os detalhamentos 012069, 024301 a 024311, 041310, 041902, 249010 a 249015 e 700111.
(10) fonte 74, exceto os detalhamentos 016067, 020172, 020246, 020256, 030911, 038298, 038338, 110071, 120069, 120320, 120520, 253003, 270031, 270032, 300905, 300906, 419020, 429020, 449010 e 702307.
(11) fonte 75, exceto os detalhamentos 039000, 110071 e 017294.
(12) fonte 76, exceto os detalhamentos 012069, 038204, 121031 e 700113.
(13) fonte 78, exceto o detalhamento 980000.
(14) fonte 86, exceto os detalhamentos 711010, 980000, 249010, 449011, 529310 e 249011.
(15) fonte 45, exceto os detalhamentos 731040,731041 e 719030.

3) DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR - LRF, art. 55, inciso III alínea "b", Anexo VI
Além dos valores provenientes do Anexo V - Disponibilidade de Caixa, utilizam-se os seguintes critérios na apuração:
Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
Mês de referência: 14 (o código 14 indica exercício fechado no SIAFI);
Os critérios acima, conforme o caso, são usados como "filtros" na apuração dos saldos, no SIAFI, das seguintes contas:

| Informações | Contas Contábeis |
|--|---|
| RP Processados de Exercícios Anteriores | 295110201,295110202,295210101,295210102 |
| RP Processados do Exercício | 292410402,292130202 |
| RP Não Processados do Exercício (inscritos no exercício) | 195310100,195310200 |
| RP Não Processados de Exercícios Anteriores (inscritos em exercícios anteriores) | 295110101,295110102,295110401,295110402 |
| Cancelamento de Empenho por Insuficiência de Caixa | 192410190 |

4) DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - ANEXO VII - LRF, ART. 48
As informações são obtidas dos Anexos I, V e VI.

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII do art. 24 da Seção II do Capítulo IV do anexo VI da Portaria nº 117, de 7 de março de 2012, com base na Portaria nº 1.913, de 5 de dezembro de 2007 (alterada pela Portaria nº 859, de 12 de dezembro de 2011) e na Ordem de Serviço - OS nº 01, de 16 de outubro de 2013, todas do Ministério da Integração Nacional;

Considerando as análises técnicas constantes do Relatório de Acompanhamento Físico-Contábil - REAFC nº 004, de 19 de fevereiro de 2013, e data de referência 31 de julho de 2012 (fls. 2 a 17 do Processo nº 59601.000013/2013-85), do Parecer DFRP/GRB nº 028, de 5 de setembro de 2013 (fls. 1037 a 1039, frente e verso), os quais atestaram a regularidade do Empreendimento e o percentual de implantação de 86,31% para um nível de 51,74% de recursos financeiros liberados, bem como da recomendação favorável à emissão do CEI feita pela Gerente Regional de Belém, por meio Despacho nº 024/2013 - GRB/DFRP/MI (fls. 1044 a 1046, frente e verso), de 13 de setembro de 2013, em favor da Empresa CIA SIDERÚRGICA VALE DO PINDARÉ, inscrita no CNPJ/MF sob nº 22.016.026/0001-60, com projeto localizado nos Municípios de Açailândia, Santa Luzia e Carutapera, no Estado do Maranhão, resolve:

Art. 1º - Emitir o CERTIFICADO DE EMPREENDIMENTO IMPLANTADO - CEI, para fins do que dispõe o § 12 do art. 5º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com a nova redação que lhe foi dada pelo art. 4º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, em favor da referida Incentivada, que recebeu recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam, na modalidade dos artigos 5º e 9º da citada Lei.

Art. 2º - A Empresa Beneficiária fica obrigada a encaminhar ao DFRP, para fins de avaliação econômica, por um período de dez anos, cópias das demonstrações financeiras anuais, na conformidade do art. 176 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a apresentar os demonstrativos a seguir relacionados, de acordo com os preceitos do art. 4º da Portaria MI nº 1.913, de 5 de dezembro de 2007:

I - quantidade de emprego direto mantido, comprovada pela apresentação da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP, referente ao último mês do exercício social de cada ano;

II - valores dos tributos recolhidos a título de Imposto Sobre Serviços - ISS, Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços - ICMS, Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; e

III - quadro de produção e vendas realizadas.

Art. 3º - O não atendimento ao disposto no artigo anterior representará inadimplência a ser considerada por ocasião da apresentação de pleitos futuros ao Ministério da Integração Nacional.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍLIO ALVES BARCELOS
Substituto

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 490, DE 7 DE MARÇO DE 2014

Dispõe sobre a prorrogação de atuação da Força Nacional de Segurança Pública em apoio Departamento de Polícia Federal na região fronteira dos Estados do Acre e Mato Grosso do Sul.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, no Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, no Decreto nº 7.957, de 12 de março de 2013 e na Portaria nº 3.383, de 24 de outubro de 2013; e

Considerando a necessidade de prorrogação de emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), com o propósito de continuar as atividades ora desempenhas para o Departamento de Polícia Federal nas regiões fronteiriças do Acre e Mato Grosso do Sul, estabelece

Art. 1º A prorrogação de atuação da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), em apoio ao Departamento de Polícia Federal, em caráter episódico e planejado, a partir da data de vencimento da Portaria nº 2.340, de 20 de junho de 2013, e por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação desta, para atuar em ações pontuais na região fronteira dos Estados do Acre e Mato Grosso do Sul, sob a coordenação da Polícia Federal, em atividades de fiscalização, inibição, prevenção, coibição e repressão dos crimes de contrabando, de saída irregular de riquezas, de tráficos de drogas e de armas, entre outras.